



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 08.675/17

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lagoa Seca, concedendo Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais a *Sra. Luzia Gomes da Silva*, matrícula 001945, Agente de Limpeza Urbana, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, que contava, à época do ato, com 9.334 dias de tempo de serviço, e idade de 72 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Cons. em exercício - Relator

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

*Antônio Gomes Vieira Filho*

Cons. em exercício - Relator



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

## 1ª CÂMARA

Processo TC 08.675/17

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Luzia Gomes da Silva*

Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Lagoa Seca

Gestor Responsável: Pedro Jacome de Moura

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC nº 2.475/2018

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 08.675/17** referente à Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais a *Sra. Luzia Gomes da Silva*, matrícula 001945, Agente de Limpeza Urbana, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

**Publique-se, registre-se e cumpra-se.**

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 22 de novembro de 2018.

Assinado 23 de Novembro de 2018 às 11:49



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 23 de Novembro de 2018 às 10:29



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 23 de Novembro de 2018 às 11:22



**Manoel Antonio dos Santos Neto**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO